



book pós evento

LANÇAMENTO DO DOCUMENTO

# Infraestrutura Social

## **INFRAESTRUTURA SOCIAL:**

Análise crítica da situação atual, desafio e recomendações, para evolução da agenda através de PPPs e Concessões

Grupo de Trabalho do Comitê  
de Infrasocial da ABDIB



# ABDIB LANÇA DOCUMENTO SOBRE INFRA SOCIAL NA SEDE DO BID

*Evento em Brasília discute a necessidade de boas práticas que ajudem a acelerar a expansão das PPPs e concessões de infraestrutura social nos municípios brasileiros*

A ABDIB lançou, na quarta-feira passada, dia 6 de março, em evento na sede do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, em Brasília, o documento Infraestrutura Social: uma análise crítica da situação atual, desafios e recomendações para a evolução da agenda através de PPPs e Concessões. O documento foi estruturado pelo Comitê de Infraestrutura Social da ABDIB, por intermédio de um grupo de trabalho integrado pelo coordenador Ramon Ferreira, Head de Concessões e PPPs da Accenture.

O grupo foi integrado por Nivaldo Tetti, da ABDIB, Antônio Alvarenga, da EY, Alan Brener, da OPY Health, Caio Loureiro, do escritório de advocacia Tozzini Freire, Larissa Junckes, da prefeitura de Canoas (RS), Marcos Nicolas, da Arco Consulting, Raul Borelli, do escritório Manesco, Ramirez, Perez, Azevedo Marques, Wassila Abbud, do escritório Arap, Nishi & Ueda e Gabriela Godoi, do International Finance Corporation. Também colaboraram Luciene Machado, do BNDES, Ricardo Silva, do BID, Tomar Anker, do IFC e Bernardo Bahia, do UNOPS.



O seminário foi apresentado pelo coordenador do Comitê Ramon Ferreira e por Ricardo Silva, Especialista Sênior em Infraestrutura do BID. O painel de abertura contou com a apresentação do presidente-executivo da ABDIB, Venilton Tadini, e de Morgan Doyle, representante do BID no Brasil. Além deles, Manoel Renato Machado Filho, superintendente-adjunto de Infraestrutura Social e Urbana do PPI, e Ian Ramalho, superintendente da área de soluções e infraestrutura do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), também participaram da sessão de abertura.



Em sua apresentação, Tadini destacou a importância dos bancos de fomento, como o BID e o BNDES, para a melhor estruturação dos projetos de infraestrutura no Brasil nos últimos anos e observou o papel da ABDIB na elaboração de propostas que ajudem a criar soluções para o setor. “A ideia das debêntures de infraestrutura, aprovadas pelo Congresso e sancionadas pelo governo no final de 2023, que marcará a entrada do mercado de capitais nos financiamentos de longo prazo do setor, nasceu dentro da ABDIB”, lembrou Tadini.



Doyle, do BID, por sua vez, destacou que, nos últimos anos, a parceria do banco multilateral com o BNDES e mencionou o amadurecimento do mercado brasileiro para projetos mais bem estruturados, sobretudo no campo da infraestrutura social. Ele lembrou que, nos últimos anos, o Brasil foi o país do mundo que mais criou PPPs e apontou a importância dos órgãos de fomento na estruturação de projetos consistentes e capazes de atrair o interesse dos investidores privados.



**GARANTIAS REAIS** — Após a apresentação do ponto de vista do PPI, por Manoel Renato, e do BNDES, por Ian Ramalho, foi aberto o segundo painel, que tratou das Perspectivas dos Estruturadores em relação aos projetos de PPPs. Marcos Siqueira, especialista em PPPs e Concessões do BID, observou que o sucesso experimentado pelo Brasil nas concessões de Estradas, Ferrovias e Aeroportos, por exemplo, não garante o sucesso das próximas etapas do programa.

Silvana Bianco, Diretora de Infraestrutura e Energia no BID Invest, Leonardo Assuf Castelo Branco, Gerente da área de Estruturação de Projetos do BNDES, Denis Martias, Gerente Nacional da Caixa e, mais uma vez, Manoel Renato Machado Filho, do PPI, apresentaram a questão sob o ponto de vista de suas instituições. Todos concordaram com a necessidade de aperfeiçoar os mecanismos de financiamento e de garantias.

Uma observação frequente nas apresentações disse respeito à necessidade de se oferecer garantias reais e uma matriz de riscos clara e prevista em contratos bem estruturados às empresas privadas que se interessarem em assumir as escolas, hospitais, presídios, parques e outros equipamentos de infraestrutura social concedidos por estados e municípios. Outro ponto observado foi o de que, de um modo geral, há poucos modelos de PPPs nas áreas de saúde, educação e segurança bem-sucedidos no Brasil e os poucos que existem não têm sido utilizados como modelo nas novas parcerias no setor. Por essa razão, cada novo contrato passa por uma estruturação que desce a detalhes que já podem estar resolvidos em outras experiências — o que acaba tornando mais lento o avanço do setor.

**EXPERIÊNCIA MUNICIPAL** — O último painel tratou, a partir do que foi proposto no documento elaborado pelo Comitê Infrassocial da ABDIB, dos Aspectos Jurídicos e Regulatórios, do Mercado e da Promoção e Comunicação dos Projetos. Na parte inicial, Ramon Ferreira e Raul Borelli, que é sócio do escritório de advocacia Manesco, Ramirez, Perez, Azevedo Marques e participou da elaboração do documento da ABDIB (que pode ser acessado pelo link [Book Infraestrutura Social - Correções 14-11-2023.pdf](#)) por seus aspectos legais e jurídicos e, também, naquilo que diz respeito à promoção e à divulgação dos mecanismos capazes de ampliar a quantidade de projetos.



Na sequência, Ricardo Silva, do BID, moderou um debate sobre os principais pontos do documento. Da discussão participaram Katiana Fernandino, Supervisora da Caixa, Vitor Freire Filgueiras, Chefe do Departamento Jurídico de Estruturação de Parcerias do BNDES, Bernardo Bahia, Especialista do Escritório das Nações Unidas para Projetos e Serviços — UNOPS, Marcos Nicolas, só da Arco Consulting, e Wassila Abbud, advogada o escritório Arap, Nishi & Ueda. Todos eles também participaram da elaboração do documento.

Na introdução ao debate, Silva, do BID, afirmou que o setor público envolvido com os programas de concessões e parcerias precisa se inspirar no modelo de gestão de contratos adotado pelo setor privado. Essa gestão, segundo Bahia, do UNOPS, é um dos grandes desafios que as PPPs enfrentam atualmente.

Ele lembrou que muitos municípios que têm adotado o modelo de PPPs para contratos de iluminação pública, saneamento e de outros serviços aderiram a esse modelo de gestão sem qualquer experiência prévia na gestão de contratos como esses — e o processo de aprendizado no uso dessas ferramentas acaba demandando um tempo que poderia ser acelerado caso as boas experiências fossem compartilhadas.

Entre os debatedores, houve um consenso em torno da necessidade de se investir na capacidade dos entes públicos para a gestão desse tipo de contrato. Também foi mencionada a necessidade de aperfeiçoamento das matrizes de risco, a fim de se dar mais segurança aos investidores privados, e enfatizada a importância, bem definida no documento, de se elaborar contratos mais bem estruturados — que deem mais segurança a todos os envolvidos no processo.



**Realização:**

